

O ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR DOS ESTADOS DA BAHIA E MINAS GERAIS: POTENCIALIDADES E DESAFIOS FRENTE AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

THE ASSOCIATIONS IN FAMILY AGRICULTURE OF THE STATES OF BAHIA AND MINAS GERAIS: OPPORTUNITIES AND CHALLENGES FACING THE PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

VENÍCIOS OLIVEIRA ALVES

Graduando em Ciências Contábeis - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento Regional - NEGED
venicius009@yahoo.com.br

NALDEIR DOS SANTOS VIEIRA

Mestre em Administração - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Professor Assistente do Curso de Administração da UFVJM
naldeir@yahoo.com.br

TELMA COELHO DA SILVA

Mestranda em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Membro da ONG Educoop
coelho.telma@yahoo.com.br

PALLOMA ROSA FERREIRA

Mestre em Extensão Rural - UFV
Gerente de projeto da ONG EDUCOOP e Tutora da UNOPAR
pallomar@yahoo.com.br

Recebido em: 12/08/2010

Aprovado em: 13/12/2010

ISSN 2175-5787

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal averiguar as potencialidades e desafios do associativismo frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) voltado para a agricultura familiar, na visão dos agentes de extensão rural (de ATER) dos estados da Bahia e de Minas Gerais. Para averiguar essa questão, a metodologia utilizada primeiramente, foi a pesquisa bibliográfica, onde teve destaque os assuntos sobre a agricultura familiar (GHIZELINI, 2006; MORAES; CURADO, 2004; SCHAUM, 2009), sobre o PAA (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005; CYNTRÃO, 2008; MDS, 2008; ANDRADE JÚNIOR, 2009) e sobre o associativismo (LAZZAROTTO, 2000; CHANIAL; LAVILLE, 2009; ANDRADE, 2010; PINHO, 2010). Posteriormente, foi feito o envio e recebimento de questionários via e-mail para os agentes de ATER da região em estudo. Por meio dos resultados obtidos, nota-se que, na visão dos agentes de assistência técnica, as principais potencialidades do PAA para as associações do estado da Bahia e Minas Gerais são as garantias de vendas dos produtos, refletindo no maior compromisso do associado com a associação, e, no aumento de sua escala de comercialização. Como principais limitações foram destacadas o pouco conhecimento sobre o Programa, dificuldades para a elaboração do projeto, e, quanto ao preenchimento da documentação requerida.

Palavras-Chave: programa de aquisição de alimentos; associativismo; agricultura familiar.

Abstract

This article aims to ascertain the main opportunities and challenges facing the association of the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aimed at the family farm, in the view of rural extension agents (REA) of the states of Bahia and Minas Gerais. To investigate this question, the methodology first, was the literature search, which had highlighted the issues on the family farm (GHIZELINI, 2006; MORAES, CURED, 2004, SCHAUM, 2009), on the PAA (DELGADO, CONCEPTION, OLIVEIRA, 2005; CYNTRÃO, 2008, MDS, 2008; ANDRADE JUNIOR, 2009) and the association (LAZZAROTTO, 2000; CHANIAL; LAVILLE, 2009; ANDRADE, 2010; PINE, 2010). Later, it was done sending and receiving questionnaires by e-mail to REA of the study area. Through the results obtained, it is noted that in view of the service agents, the main potential of PAA for the associations of the state of Bahia and Minas Gerais are the guarantees of sales of products, reflecting the increased commitment associated with the Association, and the increased marketing of its range. The main limitations were highlighted a lack of knowledge about the program, difficulties in preparing the project, and, for the completion of documentation required.

Key-Words: food purchase program; associations; family farming.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, fornecedora de alimentos para uma grande parcela da população, desde seu surgimento no Brasil, enfrenta grandes problemas ao concorrer com a agricultura patronal. Isto é agravado pela falta de apoio do governo na criação e consolidação de políticas públicas que favoreçam aos agricultores familiares com maior efetividade. Diante desse quadro, o associativismo se apresenta como uma forma de organização dos agricultores familiares para melhor garantir seus direitos, enfrentando grandes desafios, porém com grandes potencialidades.

Ciente da importância do associativismo para a agricultura familiar, com a Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003, o governo federal instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que garante a compra dos produtos oriundos de agricultores familiares, desde que estes estejam engajados a associações ou cooperativas. Este Programa, componente do Programa Fome Zero, tem como objetivos: i) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; ii) contribuir para formação de estoques estratégicos; e, iii) promover a inclusão social no campo. Deste modo, o PAA tem como principal objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria nos indicadores de segurança alimentar e nutricional do Brasil.

No entanto, com a necessidade de estarem vinculados a associações, os agricultores se depararam com o desafio de se organizarem de forma coletiva, que apesar de se configurar como uma barreira para a inserção destes ao Programa pode ser um grande incentivo ao associativismo rural. Deste modo, surge um grande questionamento: quais são as potencialidades e os desafios do associativismo frente ao PAA?

Em decorrência, o objetivo principal deste trabalho é analisar as potencialidades e desafios do associativismo frente ao Programa de Aquisição de Alimentos voltado para a agricultura familiar, sob a visão dos agentes de extensão rural (de ATER) dos estados da Bahia e de Minas Gerais. O entendimento destas potencialidades e desafios propiciará a realização de ações mais eficazes por parte das entidades de assessoria e adequações nas políticas públicas de apoio ao associativismo e à agricultura familiar.

Para obtenção dos resultados foram coletados dados por meio de envio e recebimento de questionários a agentes de ATER dos estados da Bahia e de Minas Gerais. Os questionários foram enviados e recebidos por meio eletrônico utilizando-se do banco de dados

da Organização Não Governamental (ONG) EDUCOOP, com vasto histórico de atividades de extensão.

O trabalho está estruturado em sete seções, contando esta introdução. Da segunda à quarta seção, é feita uma contextualização da agricultura familiar, do PAA e do associativismo, destacando-se os principais estudos e conceitos sobre tais temáticas. A quinta seção é correspondente aos procedimentos metodológicos. A sexta apresenta os resultados obtidos baseados nos dados da pesquisa. Por fim, na sétima seção são apresentadas as considerações finais.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Campos (2004, p. 32), com a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, inicia-se aqui um processo de colonização que tinha como um dos pilares o incremento da atividade mercantil européia. Portugal instala um modelo de agricultura baseado nas “Grandes Fazendas” e em produtos específicos à exportação, como: tabaco, açúcar e café. Neste contexto, a agricultura familiar nasce no entorno das grandes fazendas e das zonas de mineração para prover de alimentos a população local. Era permitida e até estimulada pelo “senhor proprietário”, para que seus agregados usassem terras em pequena escala e que produzissem alimentos para sua família, gerando excedente para venda ou troca nas imediações de suas moradias.

No entanto, desde seu surgimento até os dias atuais a agricultura familiar não ganhou prioridade pelas políticas públicas de desenvolvimento rural estando sempre à margem da agricultura patronal ou do chamado agronegócio. Segundo Ghizelini (2009), o reconhecimento por parte do Estado de que os agricultores familiares fazem parte do desenvolvimento enquanto atores sociais é a condição para que a estrutura social não se sobreponha de forma a anular o projeto de vida camponês.

Estruturar e implementar políticas públicas que, não apenas levem o nome da agricultura familiar, mas que sejam organizadas a partir da compreensão e da lógica do modo de vida camponês, é pressuposto para que o Estado assuma os pequenos agricultores como atores do desenvolvimento e do crescimento econômico. Esta não aceitação tem levado o Estado a estruturar e implementar ações como bolsa família e a construção de cisternas no nordeste - e não sistemas “modernos” de irrigação e de comercialização subsidiados como o faz com os grandes empreendimentos agrícolas de produção para exportação, de forma a

manter a agricultura familiar no campo, pois não há como absorver esta mão de obra nos centros urbanos, neste momento.

A categoria dos agricultores familiares tem como aspectos principais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte de o trabalho ser fornecido pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertencerem a família, sendo no seu interior a transmissão dos bens em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis (ZIMMERMANN, 2008, p. 4).

Os agricultores familiares brasileiros, representados por, aproximadamente, 4,5 milhões de famílias, 85% do total vivem e trabalham em condições extremamente adversas – nem sempre têm terra, sem capital, com baixo nível de escolaridade e sem tecnologia. Representam, portanto, uma categoria, no conjunto da sociedade civil, que expressa, com extrema evidência, o grave e lamentável fenômeno de dispersão e de exclusão social jamais visto no Brasil. Apesar disso, são responsáveis por mais de 60% da produção de alimentos no País e têm capacidade de gerar sete vezes mais postos de trabalho do que a atividade agrícola patronal. A atividade produtiva agrícola familiar ao manejar 9 ha de terra gera um emprego, contra 60 ha necessários para gerar o mesmo emprego pela grande propriedade patronal. Ao considerar esses fatos e também, a compreensão de que, ao lado de cada agricultor familiar existe uma família, isso representa um contingente de mais de 30 milhões de pessoas, quase 20% da população brasileira (SCHAUM, 2009, p. 4).

Segundo a Emater-MG (2006), Minas Gerais tem aproximadamente 500 mil estabelecimentos rurais, dos quais 384 mil são da agricultura familiar, representando 77%. Assim como no Brasil, a área ocupada pela agricultura familiar em Minas Gerais é de apenas 30%. Por sua vez, Rocha et al (2007) salientam que a Bahia é o estado mais populoso da região Nordeste, com 12.968.957 habitantes, de acordo com os dados do Censo 2000. A população rural do estado atingia, em 2000, 4.297.902 habitantes, a mais numerosa do país, representando 29,1% do total de moradores rurais de todo o Nordeste. Foi também a Bahia que apresentou a maior participação na área total dos estabelecimentos familiares (33,2%) e o maior Valor Bruto da Produção (VBP) do Nordeste (27,7%). Do total de ocupados na agricultura baiana, em 2000, 85% estava na produção familiar.

O PRONAF (2002, p. 31) afirma que pensar a agricultura familiar é, em primeiro lugar, pensar condições de produção para o agricultor. Contudo, as necessidades de um agricultor não param naquilo que ele necessita para produzir. Ele e sua família são também consumidores demandando outros itens como alimentos; material de construção; uniformes e livros escolares para os filhos; roupas; louças; móveis; aparelhos eletrônicos e tratamento médico e odontológico. Como cidadão ele precisa ter uma renda mensal que lhe permita fazer

frente a estas necessidades. Tendo em vista que a produção agrícola costuma ter uma fase de maiores gastos no início e apenas no final do ciclo é que os produtos agrícolas darão retorno, é necessário pensar alternativas de geração contínua de renda para os estabelecimentos familiares.

Moraes e Curado (2004) salientam que uma importante característica da agricultura familiar é a fusão que no seu interior se manifesta entre as unidades de produção e as famílias. Neste sentido é fundamental pensar a viabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar não apenas do ponto de vista econômico-produtivo, mas principalmente, sócio-cultural e ambiental, colocando na arena de debate e nas ações coletivas, o conjunto de necessidades e potencialidades que as famílias percebem nestes espaços e a apreensão da importância da construção de um sistema de organização que garanta a mudança necessária para a qualidade de vida desta população.

De acordo com Ghizelini (2006, p. 6-7) diante deste cenário em que se encontra(va) a agricultura familiar e a segurança alimentar urbana e rural, o Governo Federal (através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional/MESA) em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Congresso Nacional, aprovam a lei 10.696, de julho de 2003, permitindo que os governos (Federal, Estadual e Municipal) passassem a adquirir alimentos produzidos por agricultores familiares sem a obrigatoriedade de realizar licitações. A estratégia burocrática (ausência de licitação) adotada pelo PAA apresentou-se como a solução para resolver a problemática da pouca capacidade de diversificação da produção e de comercialização dos agricultores familiares. Essa isenção permitiu que em vez da competição entre grandes empresas, os agricultores familiares fossem priorizados para a compra de alimentos que seriam simultaneamente doados pelo governo para as entidades sociais do próprio município da compra.

No entanto, na visão de Moraes e Curado (2004), em diversas localidades no país, as experiências desenvolvidas pelas organizações dos agricultores familiares ainda não têm alcançado, em sua maioria, resultados positivos e sustentáveis para a viabilização da agricultura familiar. Isto ocorre devido à inexistência de uma maior reflexão sobre as realidades locais e as especificidades econômicas, sociais e culturais da agricultura familiar em diferentes contextos.

3. O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O PAA, instituído por meio da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 7 de maio de 2008, é uma das ações da Estratégia Fome Zero que apóia às entidades socioassistenciais e programas sociais locais (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005; CYNTRÃO, 2008; MDS, 2008). Este apoio se dá por meio da distribuição de alimentos adquiridos dos agricultores familiares, com quantidade, qualidade e regularidade, atestados pelos órgãos de inspeção federal, estadual ou municipal quando se tratar de produtos de origem animal. O Programa incentiva a diversificação das atividades, contemplando os mais variados tipos de alimentos, inclusive aqueles oriundos da agrobiodiversidade brasileira (MDS, 2008).

O PAA envolve a articulação de vários ministérios, entidades governamentais, governos estadual e municipal bem como a sociedade civil organizada. É dirigido por um comitê gestor integrado pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Desenvolvimento Agrário (MDA); Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Fazenda; Planejamento; Orçamento e Gestão. Seus recursos têm origem no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, coordenados e disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (ANDRADE JÚNIOR, 2009, p. 78).

O Programa é voltado para agricultores familiares, bem como aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (CYNTRÃO, 2008). De acordo com Andrade Júnior (2009) podem participar do programa somente agricultores familiares com enquadramento no PRONAF com um limite de aquisição de até R\$ 3.500,00/agricultor/ano (período do estudo) e os preços de referência são fixados pelo grupo gestor do PAA ou homologados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Enquanto agricultor familiar, a identidade deste ator é assegurada por meio do documento Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitido por entidades credenciadas pelo MDA, ou por órgãos oficiais de extensão rural ou sindicatos de trabalhadores rurais. Em setembro de 2009, através do Decreto nº. 6.959 o limite de aquisição passou para R\$ 4.500,00.

A operacionalização deste instrumento se dá pelo estabelecimento da relação entre o agricultor familiar e o público beneficiário, num processo de “doação simultânea”; ou seja, um grupo formal de agricultores familiares (através de associações e/ou cooperativas) estabelece um acordo de fornecimento de alimentos para um ou mais grupos de consumidores (populações em situação de risco alimentar, hospitais, entidades beneficentes e ainda para a merenda escolar na rede pública de ensino),

definindo produto, tipo, qualidade, quantidade, valor, período e cronograma de entrega. A proposta, denominada Cédula do Produtor Rural (CPR), é apresentada pelos agricultores, devendo ser assinada também pelos consumidores que, assim, atestam estar cientes e de acordo com as condições estabelecidas. Por sua vez, o Conselho Municipal (ou Estadual) de Segurança Alimentar e Nutricional endossa a proposta, assegurando que os consumidores beneficiários configuram uma população sob risco alimentar e/ou nutricional. Com a CPR aprovada, a Conab deposita o valor correspondente à mesma em uma conta específica vinculada à organização dos fornecedores (associação, cooperativa, etc.). Estes, à medida que vão comprovando a entrega dos produtos (via Termo de Aceite dos consumidores e notas fiscais encaminhadas à Conab), recebem autorização para realizar os saques correspondentes. O acesso à parte dos recursos contratados pode se dar antes do começo das entregas, desde que a CPR Especial traga em si a justificativa para tanto (ANDRADE JÚNIOR, 2009, p. 79).

O PAA é operacionalizado com recursos governamentais não reembolsáveis, exceto na modalidade CPR-Estoque. Todas as aquisições nas diferentes modalidades são realizadas sem licitação. Há duas formas de acessar, via MDS ou via MDA, sendo a Conab a instituição responsável pela operacionalização do programa em todo o território nacional. A Conab realiza o convênio diretamente com as organizações dos agricultores familiares, geralmente de produção e comercialização, que encaminham as propostas, porém pode realizar parcerias com os municípios, apoiando a aquisição da merenda escolar, por exemplo. Para acessar as propostas as cooperativas devem dispor do Programa *PAA Net*, disponibilizado no portal da Conab, instalar o programa e preencher as informações relativas ao tipo de proposta (CPR – Estoque ou Doação Simultânea) (DEVES, 2009, p. 81).

A Conab tem a incumbência de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Ela atua em todo o território nacional através das Superintendências Regionais da Conab (SUREGs). Sua atuação vai além da questão alimentar, da produção e da comercialização visando o abastecimento alimentar (DEVES, 2009).

Desta forma, o Programa favorece o homem do campo, oferecendo reais oportunidades de comercialização da produção através das compras governamentais, com contratos que são elaborados com base na realidade local, minimizando assim muitas vezes, as perdas por falta de canais de comercialização. Por outro lado, o programa garante a segurança alimentar e nutricional com a doação dos produtos da agricultura familiar às entidades públicas locais de assistência social, como creches, escolas, asilos, igrejas, associações comunitárias.

Nota-se que é uma política pública de fomento, tanto do desenvolvimento da produção de alimentos pelos agricultores familiares, como para o fortalecimento do

associativismo/cooperativismo. Estas organizações por sua própria natureza associativista, são visualizadas como instrumentos para a funcionalidade desta política pública, onde são diretamente beneficiados os associados, que já possuem um lugar para onde direcionar o fruto de seu trabalho, assim como os indivíduos que se encontra em condições de insegurança alimentar.

Desta forma, o PAA como já mencionado é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição, desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais, sendo estruturado em quatro modalidades, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1(3) – Modalidades do PAA.

MODALIDADE	FONTE DE RECURSOS	EXECUTOR	FORMA DE ACESSO DO AGRICULTOR FAMILIAR
Compra Direta da Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal.
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB	Cooperativa e Associação
Compra para Doação Simultânea	MDS	CONAB, Estados e Municípios.	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal.
Incentivo à Produção e Consumo do Leite	MDS	Estados da Região Nordeste e Minas Gerais	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal.

Fonte: Conab, 2009.

A modalidade Compra Direta Local com Doação Simultânea do PAA visa adquirir produtos da agricultura familiar para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição e também as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede socioassistencial local. A modalidade é desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com governos de estados e municípios.

Por meio da parceria com Estados, tem-se priorizado operações em municípios localizados em territórios da cidadania e territórios dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Não existe regra estabelecida para selecionar as entidades consumidoras, porém, é interessante que se procure analisar a carência de quantidade e valor nutricional da alimentação oferecida, bem como o perfil do público atendido. Vale também a orientação de

analisar o comprometimento das organizações com o Projeto. Pois, elas não apenas receberão as doações, mas também deverão: estocar adequadamente os produtos, acompanhar o projeto em reuniões e assinar os termos de aceitabilidade, entre outras ações (EDUCOOP, 2010).

O PAA se encontra em constantes modificações “dada sua relação com diferentes organismos da sociedade civil e instituições públicas, visando o atendimento dos objetivos múltiplos que o compõem” (DEVES, 2009, p. 79). Nestas relações, o entendimento dos resultados obtidos pelo programa facilita a efetivação de propostas que o torne mais eficaz no atendimento de seus objetivos.

4. O ASSOCIATIVISMO

Segundo Andrade (2010), o associativismo surgiu nos primórdios da humanidade, quando o homem percebeu a necessidade de viver em grupos para caçar, se defender e cultivar. Na era industrial foi obrigado a se organizar para enfrentar as condições precárias de trabalho e na era atual, a era do conhecimento, é necessário buscar o desenvolvimento econômico e social através de grupos estruturados e preparados.

O associativismo, de acordo com Alencar (1997, p.7 apud LAZZAROTTO, 2000), refere-se à atividade humana desenvolvida em um grupo social, que é constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais. Dentre os objetivos das associações o autor destaca o de representação dos interesses dos associados, considerado central pelo menos nos estatutos. O associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade.

A criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva. Em sentido genérico, incluindo tanto as formas jurídicas associativas, como as cooperativas. Sociologicamente a associação pode ser abordada como um espaço que opera a passagem, graças a um encontro entre pessoas, entre redes de associação primária e secundária, e, entre esferas privada e pública. Estas relações ultrapassam o contrato entre pessoas, buscando fins comuns (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

As associações assumem os princípios de uma doutrina denominada associativismo e que expressa a crença de que juntos, podemos encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade nos apresenta. Os princípios do associativismo são a adesão livre, tal como é livre a saída do movimento associativo; o funcionamento pautado na equidade entre

os seus membros, traduzida na expressão “um associado, um voto”, além do fato de que as associações resultam sempre de uma congregação de esforços, em primeiro lugar dos fundadores e depois de todos os associados (PINHO, 2010). Esses princípios são reconhecidos no mundo todo e embasam as várias formas que as associações podem assumir: OCIPs, cooperativas, sindicatos, fundações, organizações sociais, clubes. O que irá diferenciar a forma jurídica de cada tipo de associação são, basicamente, os objetivos que se pretende alcançar (SEBRAE, 2011).

O espaço participativo de uma associação é formado por diferentes visões de mundo e concepções de realidade. Sendo ainda, um dos acessos da comunidade aos acontecimentos políticos e econômicos; desempenhando um papel relevante, à medida que capacitam os participantes na tomada de decisão a partir das próprias experiências (ARAUJO; TOLENTINO; THEOPHILO, 2009). “O trabalho coletivo e o uso de práticas solidárias podem facilitar o processo produtivo, além de propiciarem melhores relacionamentos com o mercado, instituições públicas, extensionistas e com a sociedade de maneira geral” (LAZZAROTTO, 2000, p. 1).

Para Moraes e Curado (2004 p. 2-3) as associações comunitárias rurais são sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem. O princípio da participação social é determinante no processo de conquistas materiais. Neste aspecto, interessa que a comunidade tenha condições de usufruir os bens e serviços materiais conquistados pela organização.

É importante ressaltar que o simples fato de participar de uma cooperativa ou associação não indica necessariamente que o agricultor teve todas as suas necessidades atendidas e consolidadas. No entanto, pode indicar que se encontra em um processo de organização, já que, por meio do grupo, teoricamente, terá mais força para reivindicar seus direitos (CORRÊA, 2008, p. 14).

Segundo Moraes e Curado (2004, p. 3), uma alternativa para o fortalecimento da territorialidade e uma maior dinamização das associações rurais encontra-se na identificação da realidade social, analisando coletivamente os problemas e as potencialidades locais. A construção de redes de solidariedade pode ser uma saída alternativa, promovendo-se a interação entre grupos sociais com interesses numa mudança significativa nos padrões de decisão, elevando as possibilidades de autonomia cultural das comunidades rurais.

Leonello e Cosac (2008, p. 12) reforçam ainda que o associativismo, assim como outras formas de movimentos sociais, possui suas especificidades e características, pois existem diferenças regionais, no grau de seu desenvolvimento, de sua compreensão, organização e planejamento, o que denota falta de educação formal para que se alce, no Brasil, o desenvolvimento deste tipo de ação.

Ao mostrar os problemas enfrentados pelo associativismo brasileiro, Aguiar (2007) aponta fragilidades relacionadas especialmente à forma participativa de gestão e aos objetivos dos grupos, porém, na maioria dos casos revelam-se economicamente viáveis, pois ampliam as oportunidades de trabalho, de produção agrícola e de renda, perante a limitação de políticas públicas que as estimulem. “Nos últimos anos são inúmeras as discussões, projetos e ações desencadeadas por profissionais de diversos segmentos buscando consolidar planos estratégicos para o desenvolvimento regional com base nas potencialidades de cada Estado brasileiro” (AGUIAR, 2007, p. 91).

Tauk Santos e Lima (2006, p. 131-132) salientam que as primeiras sistematizações dos desafios que enfrenta o associativismo em contextos populares nascem no âmbito das discussões durante o Encontro Mundial de Desenvolvimento Local Sustentável, realizado no Canadá em 1998. Entre os desafios mais recorrentes identificados no Encontro aparecem, entre outros, o de mobilizar os habitantes em uma dinâmica associativa; o desafio de harmonizar os enfoques e ações dos associados que tem culturas diferentes, com competição entre elas, fazendo com que a associação seja assumida por eles; a inadaptação dos associados aos instrumentos escritos, nos contextos de tradição oral; o desafio de envolver a população em atividades econômicas mais complexas e que os projetos fiquem sob o controle da população e não dos técnicos; e, o desafio de viver um projeto de forma coletiva, considerando as diferenças e as dificuldades de integração de valores e princípios.

De acordo com Araújo et al (2009, p. 8) algumas situações muito frequentes contribuem constantemente para o enfraquecimento do espírito associativista. Certas políticas públicas exigem a obrigatoriedade do beneficiário pertencer a uma entidade associativa (programas da CONAB, PCPR, Compra Direta da Agricultura Familiar e outros). Outras preconizam a necessidade de formação de grupo de produtores para conseguir algum financiamento. As formações desses agrupamentos são feitas às pressas, para não deixar passar as oportunidades. Como resultado: após atingir seus objetivos, as configurações grupais são desfeitas e os compromissos firmados nos projetos ou propostas de participação não são cumpridos. Não se identifica nas associações uma forma precisa de planejamento.

Nota-se que há uma orientação, pelos costumes e concepções de seus dirigentes e associados, de realizarem as atividades a partir das necessidades identificadas no momento. A principal fonte de recursos é oriunda dos próprios associados, persistindo as dificuldades em angariar recursos para suas atividades. As associações comunitárias pouco utilizam a Contabilidade como ferramenta de prestação de contas. Todavia, evidenciam com clareza sua administração de recursos financeiros, evidenciando o uso dos princípios contábeis. A Contabilidade formal é vista, ou mesmo, é realizada, para atender exigências legais.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como técnica de investigação, primeiramente, foi utilizada a pesquisa bibliográfica para conceituação das temáticas abordadas (GIL, 2010). Para realização da pesquisa empírica foram enviados questionários via *e-mail* para o banco de dados dos Agentes de ATER da ONG Educoop (mantenedora do Portal Educação Cooperativista). A Educoop é responsável pelo oferecimento de dois cursos de capacitação ao público acima mencionado, sobre o PAA Doação Simultânea – Elaboração e Aprovação do Projeto, e, Gestão do Projeto.

Deste modo, nesta pesquisa exploratória de natureza quantitativa, foram enviados questionários para Agentes Técnicos de Extensão Rural dos Estados de Minas Gerais e Bahia que prestam serviços para empresas públicas de assistência técnica rural, prefeituras, ONGs, cooperativas e associações produtivas, anteriormente mapeadas pela equipe da EDUCOOP.

Os questionários foram enviados com a utilização do site Surveygizmo que possibilita o armazenamento das respostas de forma *on-line*. Em sua carta de apresentação, foi explicitado que estavam aptos a respondê-lo apenas os agentes de ATER que tiveram ou estão tendo contato com algum projeto elaborado para o Programa de Aquisição de Alimentos.

Como os questionários poderiam ser reencaminhados pelos remetentes a seus contatos, não temos o número exato de agentes que o acessaram. No entanto, foram obtidas 206 respostas. Conforme a figura 1(5), foram recebidas 113 respostas do estado de Minas Gerais e 93 do estado da Bahia. Em decorrência, esta pesquisa apesar de quantitativa é não probabilística pela dificuldade em se definir o universo e, conseqüentemente, de se calcular o valor amostral. Marconi e Lakatos (2007) observam que este tipo de pesquisa é indicado quando fatores de diversas ordens impedem a escolha de uma amostra probabilística.



Figura 1(5) – Questionários respondidos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A partir das respostas dos questionários, foi feita a tabulação dos dados e os cruzamentos das informações. A opção pela utilização do questionário resultou das vantagens que este instrumento oferece ao permitir coletar considerável quantidade de dados a um preço relativamente baixo e em um curto espaço de tempo. Ademais, Marconi e Lakatos (2007) observam que o questionário apresenta as vantagens de obter respostas mais rápidas e precisas, existe mais uniformidade na avaliação e maior liberdade nas respostas em virtude do anonimato.

6. RESULTADOS

6.1 Perfil dos respondentes

Do total dos agentes de ATER que responderam ao questionário, grande parte são técnicos agropecuários (47) e engenheiros agrônomos (32). Os demais são funcionários públicos, administradores, agricultores familiares, sociólogos, assistentes sociais, entre outros. A maioria (42,4%) são profissionais que atuam em empresas públicas de assistência técnica rural, do restante, 17,1% trabalham em prefeituras municipais, 10,2% em ONGs, 9,4% em associações, 8,2% em cooperativas e os demais, 12,7%, em outras instituições.

Quanto ao nível de conhecimento sobre o PAA Doação Simultânea pode-se observar que a maioria (53,1%) possui um conhecimento intermediário sobre o mesmo e 20,8% tem conhecimento avançado. Apenas 24,9% tem pouco conhecimento sobre o Programa, o que se apresenta como um ponto favorável para que o PAA se fortaleça e se amplie, na medida em que o conhecimento e entendimento sobre ele, como demonstra os dados, tem se ampliado. Outro ponto favorável é que a maioria dos respondentes afirmaram conhecer o Programa (59,6%) a mais de dois anos. No entanto, apesar do Programa existir desde 2003

(DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005; CYNTRÃO, 2008; MDS, 2008), uma grande parcela (22,9%) dos agentes de ATER o conhece recentemente (a menos de um ano).

6.2 Desafios e potencialidades do associativismo frente ao PAA Doação Simultânea

Para a maioria dos respondentes (85,7%), existe grande interesse das cooperativas e associações por programas do governo como o PAA. Este grande interesse indica que tais programas estão adequados às demandas das instituições citadas demonstrando o importante papel dos PAAs para o fortalecimento das cooperativas e associações dos Estados de Minas Gerais e Bahia.

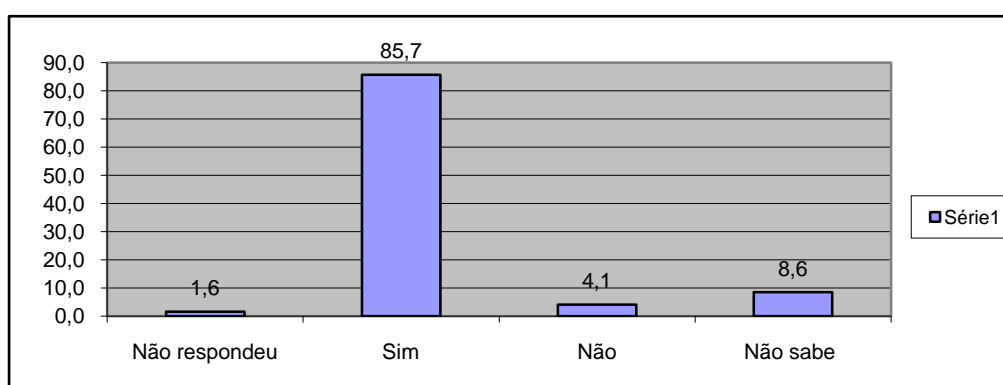


Figura 2(6): Interesse das cooperativas/associações por programas como o PAA

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Pode-se observar que, de acordo com os agentes, os principais objetivos do Programa estão sendo atendidos uma vez que dentre as principais vantagens/benefícios do PAA Doação Simultânea foram destacadas a garantia de venda dos produtos, a melhoria na segurança alimentar dos integrantes das instituições beneficiadas, o estímulo a reorganização social, a facilitação da comercialização, o aumento do volume de produção de alimentos pela agricultura familiar e a diversificação da produção local.

No entanto, o Programa, na visão dos respondentes, apresenta algumas desvantagens/limitações que atuam como barreiras restritivas à sua efetividade. Dentre estas barreiras, foram destacadas as dificuldades para a elaboração do projeto a ser encaminhado para a CONAB, a não organização dos produtores locais em cooperativas e/ou associações, a pouca informação, dificuldades na liberação dos recursos, e, no gerenciamento dos projetos.

Em relação às instituições beneficiadas, destacam-se as escolas, as creches, asilos, abrigos e hospitais públicos.

Para a maioria dos agentes estas compras impactam fortemente no mix de marketing (definições quando ao preço, pontos de vendas, produtos e promoções) das cooperativas e as associações formadas por agricultores familiares. Para 31,8% este impacto é mediano, para 28,2% é grande e para 9,8% é muito grande.

Quanto ao nível de abandono do Programa pelas famílias observa-se que ele é baixo, uma vez que, para 29% dos agentes o nível de abandono foi considerado baixo, para 18,8% muito baixo, e, para 20,8% mediano. Isto revela o engajamento das famílias a este tipo de política pública, que se mostra adequada às demandas dos agricultores, apesar das barreiras apresentadas anteriormente.

Ao questionar sobre que tipo de organização mais contribui em volume de produtos para o Programa PAA Doação Simultânea, os agentes (81,6%) afirmaram que na região em que atuam são as associações que mais contribuem. Este indicador não é necessariamente positivo uma vez que as organizações mais adequadas para a realização de objetivos econômicos são as cooperativas. No entanto, como foi apresentado por Araújo et al (2009), a exigência dos produtores estarem organizados em organizações coletivas para terem acesso a programas como o PAA forçam o crescimento deste número de instituições. Neste contexto as associações nem sempre são formadas por atenderem às necessidades de seus associados, mas por enfrentarem menores exigências legais para se constituírem.

Os principais fatores que dificultam o associativismo na região dos agentes estudados são semelhantes aos apresentados por Tauk Santos e Lima (2006). Para os agentes, ganham destaque o individualismo, o pouco conhecimento sobre os benefícios do associativismo, conflitos internos, e o fato dos integrantes não trocarem experiências. Tal quadro pode ser visualizado na figura 3(6).

Confirmando a importância do associativismo para o desenvolvimento local e regional, foi constatado neste estudo que os entrevistados consideram o associativismo importante para o surgimento e expansão de novos empreendimentos (85%), combatendo a pobreza (67%), favorecendo e inovação tecnológica (56%), e, facilitando a comercialização da produção local (39%).

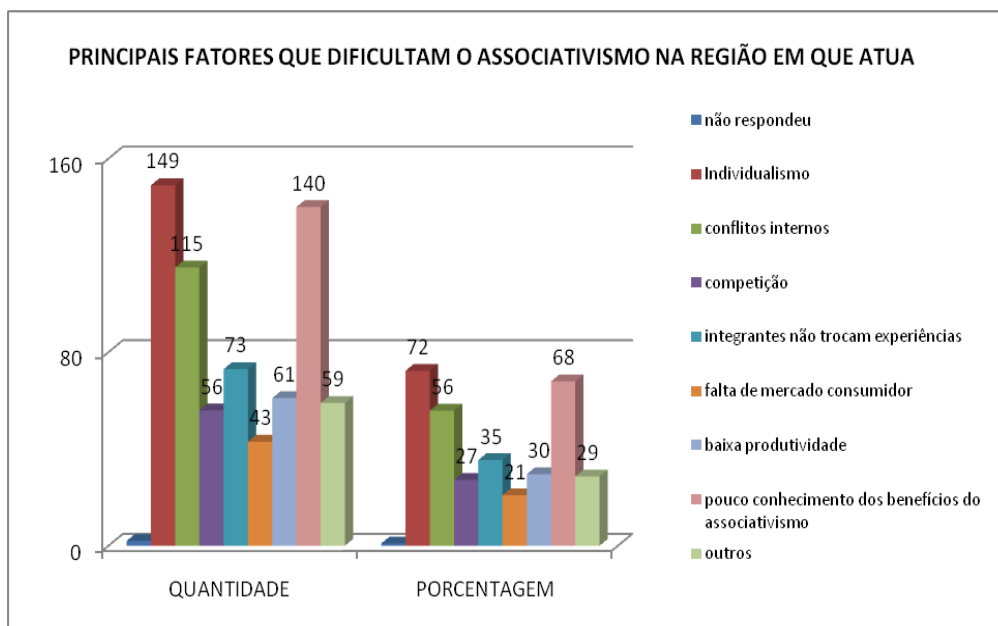


Figura 3(6) – Principais fatores que dificultam o associativismo na região em que atua

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

As associações vêm se consolidando a cada dia, apesar de pouco apoio em relação a políticas públicas que as fortalecem. Diante dessa situação foram perguntados aos entrevistados quais os pontos fortes das associações em que eles atuam. 52% responderam que o principal ponto forte é a facilidade de produzir e vender seus produtos, uma vez que sozinho, teriam maiores dificuldades para produzir e vender seus produtos. 26% disseram que a eficiência operacional é o principal ponto forte da associação.

Como pontos fracos destacaram-se as dificuldades financeiras (80,6%), a infraestrutura inadequada (77,2%), a dificuldade para transporte das mercadorias produzidas (65%), e a falta de mão-de-obra qualificada (61,7%).

Os agentes (76,7%) apontaram os programas do governo como o PAA com uma das principais oportunidades para as associações que atuam na região, em segundo e terceiro lugar foi apontado outros incentivos do governo (43,2%) e a facilidade em vender seus produtos (21,8%), respectivamente. Isto demonstra o caráter incipiente deste tipo de organização, que na visão dos agentes não consegue se manter sozinha, necessitando de apoio do poder estatal.

Se por um lado, as políticas públicas existentes atuam como oportunidades, por outro, na visão dos agentes (48,5%), a existência de pouco apoio estatal específico para as associações torna-se a principal ameaça enfrentada por estas instituições. Foi apontado

também, o fato das associações nem sempre conseguirem vender seus produtos (45,6%), e a existência de novas tecnologias dominadas pelos concorrentes e não acessíveis a elas (26,7%).

Em relação às dificuldades do associativismo em relação a sua produção, ganhou destaque a falta de produção continuada para atender ao mercado consumidor (67,5%), dificuldades para estocagem e armazenagem (65,5%), e, em relação aos preços dos produtos serem pouco competitivos (35,4%).

Para acessar o PAA os agentes destacaram como principal dificuldade o pouco conhecimento sobre o programa (59,2%), dificuldades para a elaboração do projeto (55,8%), dificuldades quanto ao preenchimento da documentação (37,8%) e dificuldades para ter acesso aos recursos liberados (35,9%). Isto demonstra que o Programa PAA Simultânea, apesar de adequado às demandas das associações dos agricultores familiares, apresenta como principal gargalo o acesso ao recurso. As informações sobre etapas apresentadas por Andrade Júnior (2009) e EDUCOOP (2010) para o acesso ao Programa nem sempre estão acessíveis, e quando estão, não são de fácil compreensão por um grupo de baixa instrução que necessita de acessórias para a execução de atividades que exigem conhecimento técnico, como a elaboração e gerenciamento de projetos.

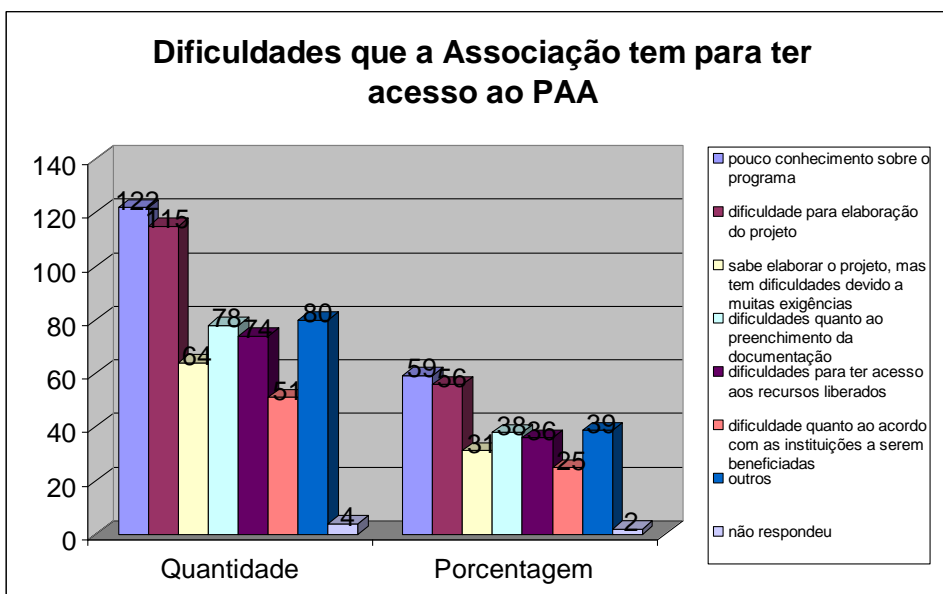


Figura 4(6) – Dificuldades da associação para ter acesso ao PAA

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Netas associações, de acordo com os agentes de ATER, quem tem gerenciado o PAA são os membros da própria associação (31,1%), os membros da prefeitura (20,4%), e os agentes de empresas públicas de extensão rural (18%).

Para a elaboração dos relatórios e outros documentos necessários ao andamento do projeto, os agentes afirmaram em sua maioria (64,6%) que não existe a presença de mão de obra qualificada nas associações. A existência desta baixa mão de obra qualificada, associada ao pouco conhecimento do Programa, justifica a elaboração e gerenciamento do projeto ser apontado como a principal deficiência das associações frente ao PAA.

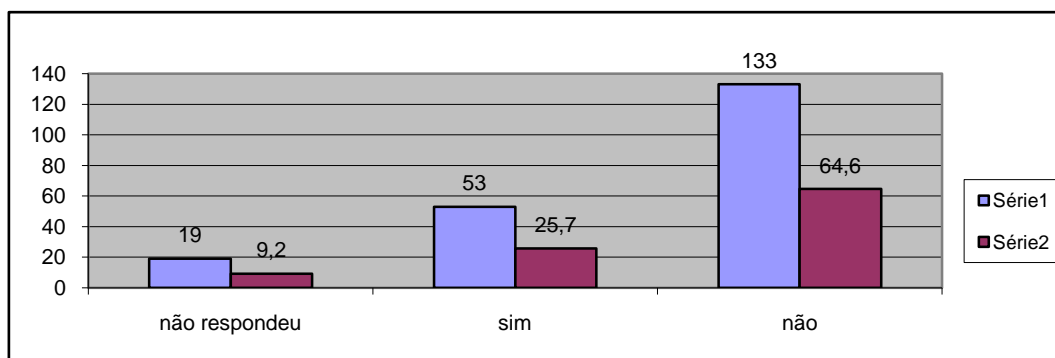


Figura 6 (6) – Presença de mão de obra qualificada para a elaboração e organização de relatórios e outros documentos necessários ao andamento do projeto

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Desconsideradas estas limitações, os agentes apontaram como principais potencialidades do PAA para as associações a garantia de vendas dos produtos (85,4%), a possibilidade de geração de renda (83,5%), proporciona ao associado maior compromisso com a associação (64,6%), o aumento da produção da associação (55,8%) e o aumento da escala de comercialização (55,3%).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o referencial teórico exposto e com os questionários aplicados, pode-se perceber a importância das associações na agricultura familiar dos Estados da Bahia e de Minas Gerais, sobretudo ao potencializar as atividades do PAA. Com a formação dessas associações, o Programa visa favorecer os agricultores familiares, oferecendo eficientes oportunidades de comercializar a produção, garantindo também a segurança alimentar e nutricional com a doação dos produtos da agricultura familiar às entidades públicas locais de assistência social. Assim, o PAA veio para propiciar melhorias no desenvolvimento de cada localidade, levando para os seus membros oportunidades de obter maior qualidade de vida e trabalho, ao dar oportunidade aos agricultores familiares de comercializar a sua produção, e

ao mesmo tempo abastecer com alimentos entidades que trabalham diretamente com pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O associativismo também foi considerado importante em relação ao volume de produção, desenvolvimento local e regional, elaboração e execução do programa PAA Doação Simultânea. Deste modo, as principais potencialidades encontradas pelo associativismo frente ao PAA foram a solidariedade dos associados, a garantia de vendas, a possibilidade de geração de renda, dentre outros.

Entretanto, a pesquisa realizada demonstrou alguns entraves ainda enfrentados pelo associativismo para a consolidação efetiva do PAA, como o individualismo das pessoas diretamente envolvidas na execução do programa, o pouco conhecimento do associativismo pelos beneficiários, a falta de mão de obra qualificada nestas organizações, as dificuldades financeiras, apoio estatal insuficiente, as dificuldades enfrentadas para vender seus produtos, para elaborar o projeto, para armazenar e estocar seus produtos, além, da falta de produção continuada.

8. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de. **O desafio do Associativismo na Agricultura Familiar**: o caso dos Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco- PR. 2007. 161 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007;
- ANDRADE, Anderson de. **A força do associativismo para um Brasil de resultados**, Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-forca-do-associativismo-para-um-brasil-de-resultados/293/>>. Acesso em: 23 març. de 2010;
- ANDRADE JÚNIOR, Remy C. de. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**: o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009.
- ARAUJO, C. A. L. ; TOLENTINO, M. A. ; THEÓPHILO, Carlos Renato . Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros - MG. *In*: **33º Enanpad**, São Paulo, 2009;

- CAMPOS, Regina. Dinâmica do Modelo Familiar: Agricultura Familiar. In: **EMATER-MG - Projeto Inovar** – Sistema de Planejamento Participativo e Gestão Social. Desenvolvimento local Sustentável – Volume 1, Belo Horizonte, 2004;
- CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. In: Hespanha, Pedro et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, Ltda. 2009;
- CYNTRÃO, Felipe M. C. **Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil**. Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Brasília, 2008.
- CORRÊA, F. M. C. **Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008, 80 p. Dissertação de Mestrado;
- DELGADO, Guilherme C.; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina da; OLIVEIRA, Jader José de. *Relatório de avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)*. IPEA, **Texto para discussão nº1145**, Brasília, dez/2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1145.pdf>. Acesso em: 26 de Nov. de 2010;
- DEVES, Otávio D. **Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: o caso do município de São Pedro do Butiá-RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.
- EDUCOOP. Curso PAA Doação Simultânea. Disponível em: <<http://www.cursoscooperativistas.com.br/portal/moodle/course/enrol.php?id=6>>. Acesso em 25 dez. 2010.
- EMATER-MG. Projeto Inovar, Agricultura Familiar e suas Organizações. In: **Cartilha I**, ano 2006;
- GHIZELINI, A. A. M. . Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil.. In: **VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Quito, 2006;
- GHIZELINI, A. A. M. . O Desenvolvimento Local como Condição para a Emergência dos atores sociais. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, 2009;
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LAZZAROTTO, Joelsio J. Associativismo Rural e a sua Viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In:

Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD. Salvador. 2002.

LEONELLO, J. C. ; COSAC, C. M. D. . O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. In: **VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI**, Marília, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>>. Acesso em: 13 de Abr. de 2010;

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisas**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

Orientação aos Territórios da Cidadania para o envio de propostas para a Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, do Programa de Acesso à Alimentação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. 2008.

MORAES, Ênio G de ; CURADO, Fernando F . Os Limites do Associativismo na Agricultura Familiar de Assentamentos Rurais em Corumbá (MS). In: **IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**, Corumbá, 2004. Disponível em:

<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/323SC_CURADO_8_OKVisto.pdf> . Acesso em: 15 de Abr. de 2010;

PINHO; Paulo. **O Associativismo: conceitos, princípios e tipologias**. Disponível em:

<<http://pt.shvoong.com/social-sciences/1658411-associativismo-conceitos-princ%C3%ADpios-tipologias/>>. Acesso em: 22 de mar. de 2010;

PRONAF. Buscando as Raízes - Agricultura familiar e Reforma Agrária, In: **Caderno de capacitação nº 1**, Brasília, Julho de 2002;

ROCHA, Ana Georgina Peixoto ; CERQUEIRA, Patrícia da Silva ; COELHO, Vanessa Pfeifer . Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia: estudos de casos em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 7, p. 139-163, 2007;

SEBRAE MG. **Associações**. Disponível em:

<<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes.htm>>. Acesso em: 02 de Jan. de 2011;

SCHAUM, Nicolau. Agricultura familiar é questão estratégica para o Brasil. In: **EPAMIG - Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.30, n.250, maio/jun. 2009;

TAUK SANTOS, M. Salett ; LIMA, C. M. D. . Desafios Cooperativos e Estratégias de Comunicação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. **Revue uniRcoop**, v.4, n.1, p. 128-147, 2006. Disponível em:

<<http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/Unircoop.vol.%204.1.final.pdf#page=128>>. Acesso em: 15 de Abr. de 2010;

ZIMMERMANN, S. A. . A institucionalidade de uma política alimentar em nível local: o programa de aquisição de alimentos (PAA) em Mirandiba, Brasil. In: **IV Congresso Internacional de la Red Sial**, Mar del Plata, 2008.